



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE AGRÁRIAS E EXATAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CAMPUS IV**

ABRAÃO BATISTA COSTA

**A VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA “RELATADA”
POR VOZES E FALAS DOS SUJEITOS INVÍSIVEIS NA REGIÃO SEMIÁRIDA DA
PARAÍBA: a revelação sociológica entre o mito da acomodação e a legitimidade da
ascensão social**

**Catolé do Rocha – PB
2015**

ABRAÃO BATISTA COSTA

**A VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA “RELATADA”
POR VOZES E FALAS DOS SUJEITOS INVÍSIVEIS NA REGIÃO SEMIÁRIDA DA
PARAÍBA: a revelação sociológica entre o mito da acomodação e a legitimidade da
ascensão social**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em Ciências
Agrárias como requisito parcial para a
obtenção do grau de **Licenciado em Ciências
Agrárias.**

Orientador: Prof^o Dr^o Jairo Bezerra Silva

Catolé do Rocha – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837v Costa, Abraão Batista

A vida dos beneficiários o programa bolsa família "relatada" por vozes e falas dos sujeitos invisíveis na região semiárida da Paraíba [manuscrito] : a revelação sociológica entre o mito da acomodação e a legitimidade da ascensão social / Abraão Batista Costa. - 2015.

40 p.

Digitado.

Monografia (Graduação em Ciências Agrárias) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2015.

"Orientação: Jairo Bezerra Silva, Departamento de Agrárias e Exatas".

1.Programa Bolsa Família. 2.Mobilidade Social. 3.Ideologia

I. Título.

21. ed. CDD 361.25

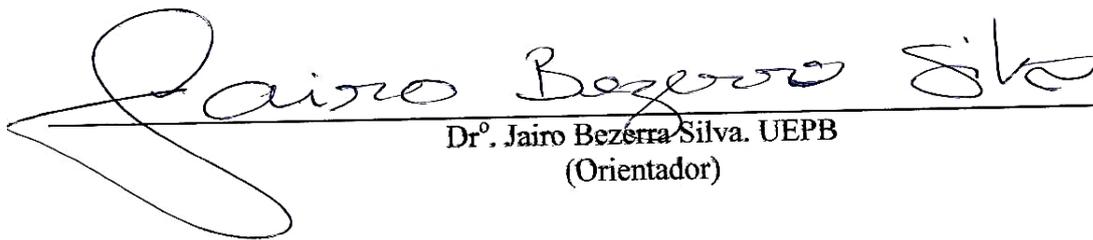
ABRAÃO BATISTA COSTA

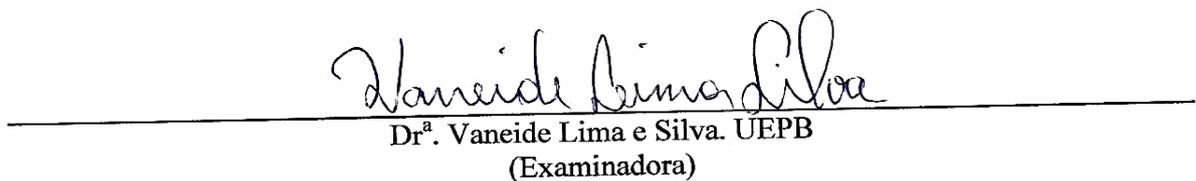
**A VIDA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA “RELATADA”
POR VOZES E FALAS DOS SUJEITOS INVÍSIVEIS NA REGIÃO SEMIÁRIDA DA
PARAÍBA: a revelação sociológica entre o mito da acomodação e a legitimidade da
ascensão social**

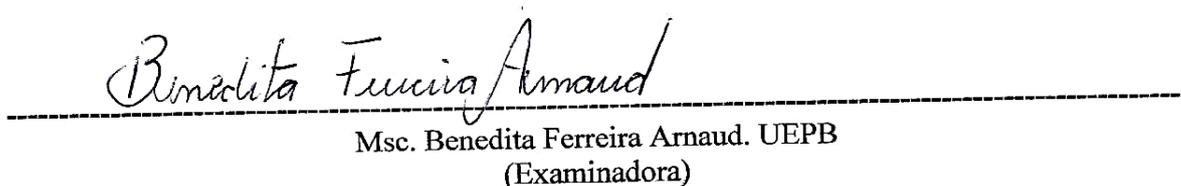
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em Ciências
Agrárias como requisito parcial para a
obtenção do grau de **Licenciado em Ciências
Agrárias.**

Aprovada em: 10 Junho 2015

BANCA EXAMINADORA


Dr.º Jairo Bezerra Silva. UEPB
(Orientador)


Dr.ª Vaneide Lima e Silva. UEPB
(Examinadora)


Msc. Benedita Ferreira Arnaud. UEPB
(Examinadora)

(Examinadora)

DEDICATÓRIA

Ao meu inesquecível e querido amigo Wellington Suassuna de Lima. Saudades...

A sua família por me acolher como um filho...

A todos os funcionários desta instituição por prover meios de uma convivência pacífica e harmoniosa...

AGRADECIMENTOS

Deus, meu pai supremo, pela força e a inteligência dada para que eu conseguisse chegar até aqui!

A minha família, que não mediu esforços para que eu pudesse seguir minha caminhada!

Aos meus filhos por entenderem o motivo da minha ausência!

Ao CNPq pela contribuição financeira proporcionada nos dois anos em que estivemos filiados ao PIBIC!

A UEPB, que me deu todo o aporte necessário à conclusão desta licenciatura!

A todos os professores que contribuíram para o meu enriquecimento acadêmico. Verdadeiros amigos...

Ao meu professor, orientador e amigo Jairo Bezerra Silva. Quantas dificuldades enfrentadas para o meu desenvolvimento cognitivo! Obrigado...

A minha querida amiga, mãe de meus filhos e ex-esposa Luíza, pelo reconhecimento de que sem o seu apoio seria impossível transpor tantas barreiras...

A todos os amigos que contribuíram de forma direta e indiretamente para o êxito deste trabalho. Abraços...

RESUMO

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é apresentar os resultados de uma pesquisa realizada sobre os impactos do Programa Bolsa Família - PBF sobre processos de mobilidade social e de construção de autonomia social na região semiárida da Paraíba. Nossa perspectiva teórica se baseia no debate das ciências sociais sobre políticas públicas de transferência de renda no Brasil, destacando-se o uso da contribuição de autores tais como Cohn (2012); Singer (2012); Rego & Pinzani (2013); Rocha (2013); Campello & Neri, (2013); Zimmermann (2006) e Sicsú (2013). Nossa metodologia teve um caráter qualitativo, consistindo da observação direta da vida cotidiana dos beneficiários do programa na região acima mencionada e da realização de entrevistas abertas com uma amostra não aleatória de beneficiários do referido Programa, de maneira informal, em filas de bancos, supermercados e feiras-livres. Dentre as principais conclusões, destacamos as seguintes: a) a participação no PBF aumenta o poder de compra e de escolarização dos beneficiários; b) os beneficiários agregam os valores recebidos através da inclusão no PBF aos advindos de jornadas de trabalho em sua maioria informal; c) no discurso de não incluídos no PBF na região é comum a referência à interpretação de que o PBF estimula a “vagabundagem” dos beneficiários; d) os beneficiários que saem da faixa de renda dos aptos a serem incluídos do PBF resistem à devolução voluntária do cartão, tendo apresentado o desejo de continuarem a receber o benefício; f) no discurso dos beneficiários é recorrente a enunciação do desejo quanto ao sucesso da escolarização dos filhos.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família; Mobilidade Social; Ideologia

ABSTRACT

The objective of this Graduate Work is to present the results of a survey on the impact of the *BolsaFamília* Program (PBF) on social mobility processes and on the construction of social autonomy in the semiarid region of Paraíba State, located in the Northeast of Brazil. Our theoretical perspective is based on the social science debate on public policies of income transfer in Brazil, highlighting the use of the contribution of authors such as Cohn (2012); Singer (2012); Rego&Pinzani (2013); Rock (2013); Campello&Neri, (2013); Zimmermann (2006) and Sicsú (2013). Our methodology was a qualitative one, consisting of direct observation of everyday life of the program beneficiaries in the aforementioned region and the conducting of open interviews with a non-random sample of beneficiaries of this program, informally, on rows of seats, supermarkets and street fairs. Among the main conclusions, we highlight the following: a) participation in PBF increases the purchasing power and schooling of the beneficiaries; b) the beneficiaries aggregate amounts received by the inclusion in the PBF to those arising from working hours in informal woarks; c) speeches of non included individuals in the *BolsaFamília Program* in the region commonly refer to the interpretation that the PBF stimulates the "wandering" of the beneficiaries; d) beneficiaries leaving the income level of fit to be included at the *PBF* resist the voluntary return of the card and declared the desire to continue to receive the benefit; f) the speech of the beneficiaries is recurrent in enunciating the desire of success of their children schooling process.

KEY WORDS: Bolsa Família Program Social Mobility; ideology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1. ESBOÇO DE AUTOANÁLISE DO BENEFICIÁRIO	10
1.2. A TRAJETÓRIA E A HERANÇA SOCIAL DO ESBOÇO	12
1.3. NASCEDOURO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
3 METODOLOGIA	19
4 RESULTADOS	21
4.1. A VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS QUANTO À CIDADANIA	26
4.2. A VOZ DOS INVISÍVEIS	29
5 DISCUSSÃO	35
6 CONCLUSÃO	37
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1 INTRODUÇÃO

O nosso interesse neste Trabalho de Conclusão de Curso TCC é analisar os impactos do Programa Bolsa Família PBF como instrumento anunciador de mobilidade e de autonomia social, como também observar em que medida esses impactos acontece e se propagam no município de Catolé do Rocha-PB. Nossa observação está relacionada aos principais impactos, limites e possibilidades do Programa enquanto instrumento impulsionador da mobilidade social, sendo o programa capaz de alavancar mudanças de ordem monetária, e ao mesmo tempo em que os beneficiários possam alcançar uma relativa autonomia que lhes garanta sustentabilidade.

A nossa curiosidade com essa temática em nosso imaginário foi o baluarte que nos impulsionou para o desenvolvimento deste trabalho. Mesmo quando crianças em uma comunidade pobre na zona rural de Santa Terezinha-PB, tínhamos a inquietação em entender o histórico e multidimensional fenômeno da pobreza, suas contradições, seus estigmas, seus preconceitos, sua reprodução e o que para nós se tornava mais inquietante, entender como as pessoas pobres aceitavam a sua condição de sub cidadania. Nessa busca, apesar da ausência de habilitação acadêmica, procurávamos entender como esse universo de pessoas construía o seu próprio conceito de vida. Em nossa imaturidade teórica não entendíamos o motivo pelo qual as desigualdades econômicas e sociais eram tão discrepantes.

Para atender aos objetivos deste trabalho fizemos uma análise funcional sobre o PBF, tendo como base os beneficiários. Buscamos entender qual o significado do PBF em seu meio de atuação, como são construídas suas representações sociais na visão de seus beneficiários a partir do ingresso e permanência dos mesmos no programa? Ou seja, buscar compreender como essas pessoas reconhecem seus direitos constituídos de cidadãos.

Na condição de cientistas sociais buscamos entender pelo viés deste trabalho as respostas para as nossas inquietações, e as questões que levantamos têm a seguinte configuração frente aos sujeitos que integram a pesquisa: a) há existência de um crescente processo de mobilidade social, que é produzido pelo aumento do poder de compra e de escolarização entre os beneficiários do programa? b) a categoria dos trabalhadores brasileiros intensifica sua jornada de trabalho, e esse aumento da jornada está, em sua maioria, ligado ao mercado informal, ou seja, os já conhecidos “bicos”, tal fato vem se chocar com o mito da “vagabundagem” conferido aos beneficiários? c) os beneficiários reconhecem a hierarquia de classe, embora reaja pouca a mesma, contemplando a inclusão no programa, mas se vendo ofuscado na inclusão da fotografia social brasileira? d) os beneficiários saem do programa sem querer

“perder” o benefício, ou seja, a família aumenta a renda ao ponto de ultrapassar os limites condicionais do programa, mas em sua maioria resistem à devolução voluntária do cartão? e) por fim, analisamos se há existência de uma busca incessante por parte dos beneficiários quanto ao sucesso educacional dos filhos? Esses fatores veem corroborar com a ideologia do programa, ou seja, a “quebra do ciclo” da reprodução da pobreza.

Diante da complexidade do programa organizamos esta monografia da seguinte maneira: na primeira parte, apresentamos a introdução na qual expomos nossa identidade com o PBF, as razões que nos impulsiona aos nossos objetivos e o nascedouro das políticas de transferência de renda; na segunda parte apresentamos a revisão de literatura específica, e também, outra de caráter colateral, mas que não se distancia dos discursos relativos aos programas de transferência de renda. Ainda nesse ponto, contemplamos a inclusão de novos teóricos com a temática. Na terceira e quarta partes, apresentamos os desdobramentos da metodologia qualitativa e sua aplicação, seguido dos resultados que atestam a funcionalidade do programa. Na quarta parte, prosseguimos com a discussão dos dados e em seguida (quinta parte) apresentamos as conclusões às quais chegamos neste TCC. A seguir apresentamos nossa identidade com a temática das políticas de transferência de renda.

1.1. ESBOÇO DE AUTOANÁLISE DO BENEFICIÁRIO

Em um cenário no qual o homem do campo estava entregue à própria sorte e que tinha apenas como estabilidade a sua fé é que cresci, vendo as pessoas pobres passarem necessidades desde suas vestimentas, a escassez do próprio alimento, uma assistência social voltada ao clientelismo, na qual eram comuns as distribuições de cestas básicas que se tornavam moeda de troca. Muitos tinham o título eleitoral vistoriado como forma de garantia do voto. Como se não bastasse as humilhações a que eram submetidas, as pessoas não tinham acesso à saúde de qualidade, ficando expostas aos raizeiros¹ que prometiam curar inúmeras doenças.

Nesse contexto de pobreza e ‘esquecimento social’ as pessoas eram privadas de todos os seus direitos, inclusive o direito à educação. Nesse ambiente carente de leitura e de escrita, no qual eu fui alfabetizado por minha mãe, que era professora de ensino fundamental [antigo primário] tendo que renunciar à profissão em virtude do casamento. Com apenas a segunda série [hoje terceiro ano] eu já lia e escrevia razoavelmente bem para os padrões da

¹ Pessoas que faziam remédios caseiros à base de raízes.

comunidade, e isso fazia com que eu fosse chamado de ‘doutor das letras’ e às vezes carinhosamente de doutor sabugo [pelo fato de gostar de escrever no chão com sabugo de milho].

Por ser privilegiado em termos de cognoscência, eu tinha a incumbência ler e responder as cartas que chegavam à comunidade oriunda dos filhos que eram ‘obrigados’ a migrar para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Como não existia trabalho para toda àquela massa de pessoas, os rapazes que completavam dezoito anos logo “rumavam ao sul” como era comumente falado. Essa migração dos jovens tinha a finalidade de dar suporte financeiro às famílias que ficavam às vezes chorando a saudade dos entes queridos. Quantas lágrimas minadas nos rostos das mães que entregavam seus filhos ao destino da cidade grande, quanta dor, quanta saudade e quanta angústia antes da chegada da primeira carta que eu logo era convidado a ler e responder, tarefa que eu executava com tanto carinho. Assim, ouvindo “as vozes” inaudíveis desse universo de pessoas guardei esse interesse em investigar esta temática.

Minha afinidade em estudar os avanços e os impactos sócios econômicos dos últimos anos se dá pela minha própria condição de beneficiário dos programas de distribuição de renda desde 2001, na época em que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) dá início às políticas de transferência de renda no país. Assim, cadastrei minha família no Programa Bolsa Escola que destinava a quantia de R\$ 15,00 para cada criança matriculada e com frequência regular de 85% na escola com um número máximo de três crianças por domicílio. Logo, as pessoas que tinham direito ao benefício também eram favorecidas com o vale gás que destinava a quantia de R\$ 15,00 a cada 60 dias. Em seguida, surge o Bolsa Alimentação, o Programa no qual a minha esposa recebia R\$ 45,00 mensal. Esse valor era destinado às mães que tivessem grávidas ou em fase de lactação.

Após o início do governo de ex-presidente Lula (2003), esses programas são ‘empacotados’ e unificados para o surgimento do Programa Bolsa Família, que nasce da união dos programas pré-existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Bolsa Renda. Nesse contexto, diante do fracasso do programa Fome Zero, que fora lançado como um instrumento capaz de acabar com a fome no Brasil, não restava alternativas ao então presidente Lula se não a execução de políticas públicas de distribuição condicionada de renda aliada à assistência social que fosse capaz de alavancar as melhorias quantitativas e qualitativas em nossas vidas. Nessa transição, o benefício do Bolsa Escola, outrora em meu nome, passa a ter como titular a minha esposa, desta vez como Programa Bolsa Família.

Em minha condição de beneficiário do PBF, fazendo uma relação não apenas com meu passado, mas também com os “flagelos” da pobreza dos quais eu fora testemunha, não me restava outra opinião se não a de que as melhoras só nasceriam pelo alívio imediato da fome (primeiro eixo do PBF), e pelas mudanças através da educação e assistência social que o citado programa proporcionava ao seu universo de beneficiários. Diante dessa evidência, e com melhores condições para alimentar e manter meus filhos na escola, não me restava alternativa a não ser visualizar a educação como ferramenta capaz de fomentar a mobilidade em minha família, e desse reconhecimento surge a minha volta aos estudos após ser interrompido por motivos de ter que auxiliar meu pai no trabalho. Renuncio aos estudos para manter meus dez irmãos estudando, e após vinte e cinco anos, casado e com uma família constituída de nove membros volto à escola, agora na condição de estudante, pela qual estou em processo até hoje.

Após o ingresso na universidade me identifico com a disciplina Sociologia Rural lecionada pelo docente Jairo Bezerra Silva. A temática trazida à sala de aula me fascinava, e com uma ‘fome’ de principiante me esforçava ao máximo para entender as teorias expostas pelos autores e analisadas pelo conjunto professor-alunos. Logo, talvez pelo fato de meu esforço para entender a temática da sociologia rural, tenha sido convidado pelo citado professor para fazer parte de sua equipe de pesquisa a qual aceitei solicitamente.

Nos dois anos seguintes, nos quais participei dessa pesquisa frente ao PIBIC 2013/ 2014 e 2014/2015, na UEPB, buscamos entender o PBF enquanto ferramenta capaz de fazer ‘andar’ a mobilidade social do homem da zona rural que outrora apresentava, como única fonte de renda, a liquidez de seus *roçados*, ainda tendo que dividi-la em partes iguais com latifundiários². Neste processo de investigação buscamos entender essas mudanças, sejam elas quantitativas ou qualitativas que afetam a vida dessas famílias e, nessa direção descreveremos a seguir um resumo do surgimento deste novo contexto social proporcionado pelos programas de transferência condicionada de renda a exemplo do PBF.

1.2. A TRAJETÓRIA E A HERANÇA SOCIAL DO ESBOÇO

As falas que apresentamos a baixo são relatos de uma classe que Souza (2006; 2011) chamou de invisíveis sociais e sub cidadãos brasileiros.

As falas mais comuns que eu ouvia àquela época eram:

² Grandes proprietários de terras ainda com sinais do coronelismo

Meu fio se Deus não tiver pena dagente eu num sei o que vai de nois, meu silo já secou num tem mais feijão e com essa seca num dá nem pra arrumar uma diara pois os patrão tão tudo aperriado com o gado morrendo de fome também num vão arrumar furnicimento pramente se o governo num arranjar uma mergença e Figueredo num mandar umas feras pra nós o negócio tá ruim, viu ontem saquearam Santa Terezinha, hoje saquearam Patos e semana passada foi a vez de São Mamede (BENEFICIÁRIOS DAS FRENTE DE EMENGÊNCIA).

Fica evidente a pobreza cultural, o coloquialismo da linguagem denuncia o analfabetismo dessas pessoas que ainda tinha que conviver com o ciclo sistemático das secas associado à desproteção do Estado. Tais circunstâncias quase que os “mutilava”, e trazia a esse mesmo meio, além da escassez de água, as frentes produtivas de trabalho (frente de emergência), saques a mercados e caminhões carregados de alimentos que circulavam nas BR’s sertanejas.

O sofrimento físico e emocional da pobreza era intensificado à medida que a estiagem se prolongava, evidenciando ainda mais a ineficiência de ações significativas por parte do Estado que não se empenhava na criação de programas eficientes de convivência com a seca. Nesse contexto, as falas sempre foram aquilo que mais nos chamava atenção. E na curiosidade da infância ouvia e “gravava” as coisas que tanto me intrigava. Assim, apresentamos como: “hoje eu fui na rua fui no mercado e quase me lasco tive que carregar na cabeça um saco de feijão eu tinha que arranjar cumê pra matar a fome dos filhos”. Essa era a forma como Pedro de Souza (*in memoriam*) lembrava os tempos difíceis nas frentes de emergências na década de 80. Quanto às aposentadorias também na década de 80 seu Severino Pereira (*in memoriam*) costumava nos dizer “amanhã vamos receber a esmola do governo essa mixaria dessa aposentadoria num dá prá nada”.

As pessoas eram incluídas nas frentes produtivas de trabalho sem exigências de qualificação, mas eram constantemente lembradas pela figura [donatário] que as indicaram, e de cujas obrigações e regras estabelecidas pelas quais não poderiam se desvencilhar, a exemplo do voto. Cumprindo as regras acima, bastava possuir a certidão de casamento ou nascimento para aqueles que o fossem. Os alistados nas frentes emergenciais trabalhavam por quantias irrisórias, que eram incapazes de sustentar as necessidades básicas de sua família, como alimentação e saúde. Além disso, o trabalho era exaustivo e não trazia nenhuma efetividade no que tange às obras de convivência com a seca, apenas, obras paliativas, eleitoreiras em grandes propriedades rurais (latifúndios). Tal afirmação aparece de maneira mais articulada na obra *Elergia para uma Região, por um registro do sociólogo Chico de Oliveira*. A seguir apresentaremos os documentos utilizados para fazer o pagamento em dinheiro e o comprovante do recebimento das cestas básicas, nos quais o histórico social de desigualdade se constitui como se consolidando contra as chances de ascensão.

PROGRAMA EMERGENCIAL DE FRENTES PRODUTIVAS DE TRABALHO - FPTs/PB
CADASTRAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

01. MUNICÍPIO: Ribão do Rocha 02. COD. MUNIC.: 41310 03. COD. FRENTE: 01116 04. Nº CADASTRO: 21516 05. Nº: 6

05. NOME COMPLETO DO BENEFICIÁRIO: OSIAMA FERREIRA RIBEIRO SILVA

06. NOME COMPLETO DO PAI: _____

07. NOME COMPLETO DA MÃE: FRANCISCA SILVA

08. DATA NASC.: 18/01/42 09. DOC. DE IDENTIFICAÇÃO (Nº E TIPO): CT 10. SEXO: MASC. 11. DEPEND.: 1 12. ESTADO CIVIL: 1

13. ENDEREÇO COMPLETO: Rua do Capelinha 14. ZONA: 1

15. DEPENDENTES POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE
0 - 4	<u>0</u>	15 - 25	<u>0</u>
5 - 14	<u>0</u>	25 - 40	<u>0</u>
15 - 24	<u>0</u>	MAIOR DE 40	<u>0</u>

16. EMITIDO POR: Handse Pereira Coutinho DATA: 04/08/99 17. CADASTRO: Guomaraes DATA: 24/08/99

18. VALIDAÇÃO PELA COMISSÃO MUNICIPAL:

1. PREFEITO MUNICIPAL: _____ 2. REP. MINISTÉRIO PÚBLICO: _____ 3. REP. DOS TRABALHADORES: _____ 4. REP. DA CÂMARA: _____ 5. REP. DO GOVERNO-EMER: _____ 6. REP. DA CÂMARA VEREDORES: _____

Apóio:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA
TEMPO DE DESENVOLVIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA - PB
SECRETARIA DA AGRICULTURA

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo Brasil

CIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
EMERGÊNCIA / SECA / 2001 - PB
Programa de Distribuição Cestas de Alimentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA - PB

SENHA Nº: 03

Fonte: CONAB. Companhia de abastecimento.

As imagens acima mostram a ficha de pagamento de um beneficiário das frentes produtivas de trabalho (à esquerda), e (à direita) está uma ficha usada na distribuição de cestas básicas. Vale lembrar que essa era a tática ‘protecionista’ próxima do ideário do Banco Mundial BM, quando induzia o governo brasileiro para dar alimento à pobreza com a alegação de que as pessoas não sabiam gastar bem o dinheiro cf. Cohn, (2012). É nesse contexto de fome e miséria que os alistados nas frentes de trabalho eram submetidos. Comumente observávamos a presença feminina nessas frentes, desempenhando funções mutiladoras como carregamento de barro (argila) em carrinhos de mão; escavação no barro com picaretas; enchimento de carrinhos de mão com uma pá (ferramenta usada para encher caçambas) e aplanamento do barro com uma enxada. A dinâmica da mutilação não era restrita apenas aos homens e mulheres, estendia-se também às crianças, desde que essas pudessem ser incluídas na mesma lógica laboral que seus pais desempenhavam.

O que mais nos impressionava era a presença de mulheres grávidas e lactentes nas frentes de emergência, o que mostrava uma inércia nas políticas direcionadas à distribuição de renda e sustentabilidade social para as pessoas em estado de extrema pobreza, diferentemente da proteção social que hoje é executada pelo Estado através dos programas de transferência de renda, a exemplo do PBF. Naquele contexto, era habitual a presença de bebês e crianças pequenas brincando nos ranchos (grandes latadas feitas com ramos de oiticica para os alistados nas frentes de trabalho), enquanto seus pais estavam trabalhando. Muitas vezes, as mães faziam paradas sistemáticas para amamentar os filhos, como também se considerava

“natural” a alta taxa de mortalidade infantil entre as crianças circunscritas no universo da desnutrição.

Nas falas relativas ao contexto dos anos 80, às quais já relatamos deixa evidências de lacunas monetárias e sociais no cotidiano dessas pessoas. Vale lembrar que expus aqui uma quantidade mínima dos relatos que guardo desde a infância, por motivo de não fazer um prolongamento textual talvez desnecessário. Ao mesmo tempo, faço destas lembranças e do “antagonismo de épocas” por nós vivenciado na pesquisa de PIBIC/CNPq o motivo para a realização deste TCC.

1.3. NASCEDOURO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Entre os anos de 1990 a 2015, o País articula estratégias de distribuição de renda por via de programas de transferência de recursos monetários e de assistência social enquanto forma de enfrentamento e superação da pobreza. Nesse período, percebe-se que o esforço é vinculado ao desejo de eliminação da carente condição financeira dos assistidos. As ações estratégicas dos programas mostraram resultado na eliminação do Brasil no Mapa Mundial da Fome. E nesse sentido, o PBF vem se firmando enquanto ‘locomotiva’ propulsora capaz de promover políticas sociais que garantam uma relativa equidade social.

Em busca dessa igualdade, ressaltam-se os três eixos sociais do referido programa: a) proporcionar o alívio imediato da fome; b) promover o processo de bem-estar por meio da saúde, educação e assistência social; c) instituir medidas capazes de viabilizar a *porta de saída* do Programa através do ingresso no mercado formal de trabalho (COHN, 2012).

O Programa Bolsa Família foi criado por medida provisória do ex-presidente Lula, a de nº 132, em 20 de outubro de 2003, para tentar corrigir o então reconhecido **fracasso do cartão alimentação** e do **Programa Fome Zero**, que fora o carro-chefe do início do mandato do então governo Lula. O PBF é então definido como uma política pública de transferência de renda, sendo o mesmo vinculado a um conjunto articulado de condicionalidades na área da saúde, educação e assistência social (ROCHA, 2013).

De início o Programa é ligado à Presidência da República, e só em janeiro de 2004, é transferido para a Secretaria Nacional de Renda da Cidadania (SENARC), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PBF surge como um modelo de unificação dos programas pré-existentes, tais como o **Bolsa Escola, Bolsa alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás e o Cartão Alimentação** (COHN, 2012).

O cálculo do benefício a ser recebido pelas famílias que compõem o cadastro das potencialmente receptoras do PBF é complexo, baseando-se na renda *per capita* descrita pelo MDS como indicadoras de situações de *extrema pobreza* (igual ou abaixo de setenta e sete reais e de *pobreza*, que seria de igual ou abaixo de cento e cinquenta e quatro reais). Integram o referido cálculo o número de filhos de 0 (zero) a 15 (quinze) anos e de adolescentes entre dezesseis e dezoito anos de idade que frequentem a escola. Vale lembrar que cada família tem direito a cadastrar até cinco filhos de zero a quinze anos, os quais recebem R\$ 35,00 por pessoa, mais ainda dois filhos com idade entre dezesseis e dezoito anos com o valor de R\$ 42,00 por pessoa.

O valor do benefício varia de acordo com as informações fornecidas pelo CadÚnico³. A composição do núcleo familiar, e a renda autodeclarada determinam o valor médio do benefício da família, estando tal valor sujeito aos ajustes e condicionalidades estabelecidas pelo PBF.

Assim, por exemplo, uma família com renda *per capita* de até setenta e sete reais passou a receber a partir do mês de junho de 2014 o valor de setenta e sete reais, o que corresponde ao valor básico do benefício. Assim, estes valores passaram a está no intervalo de setenta e sete reais até trezentos e trinta e seis reais. Vale salientar ainda nesse contexto, que o valor básico do programa só é pago às famílias que estão na faixa classificatória de extrema pobreza⁴.

Expressando matematicamente o referido cálculo temos: $(5 \times R\$ 35,00) + (R\$ 77,00) + (2 \times R\$ 42,00) = R\$ 336,00$. Vale salientar que, neste caso específico, é necessário que a família tenha sete filhos inscritos no programa e que se encaixem na referida exigência, ao mesmo tempo em que reiteramos que esses valores estão sendo pagos desde junho de dois mil e quatorze.

A forma como são pagos os vencimentos do benefício do PBF é uma maneira que dispensa a ajuda de terceiros e, portanto, os mantém afastados do clientelismo regional. Pelo fato de receberem seu benefício via cartão magnético, as famílias têm um calendário oficial de pagamento, e assim, estão livres de interferência de oportunistas que no caso das frentes produtivas de trabalhos (emergências), e distribuição de cestas básicas não hesitavam em fazer a vinculação dos benefícios esfacelada à garantia do voto.

³ Cadastro do Governo Federal usado como base de dados referente às famílias da população brasileira com renda familiar de até dois salários mínimos.

⁴ Famílias com renda *per capita* inferior ou igual a setenta e sete reais mensal, conforme estabelece o MDS.



Fonte: MDS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Bolsa Família tem se tornado, ao longo de sua primeira década de existência, uma referência no que tange à segurança alimentar. Essa “ferramenta” (PBF) contribuiu maciçamente para que o Brasil passasse a ser reconhecido no cenário internacional como ícone no que tange às medidas eficazes no combate à fome. Fato apontado através de estudos como mostra o Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD, e o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.

Estudos recentes, como o relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014), mostram que, entre 2001 e 2012, os 20% mais pobres no Brasil tiveram sua renda elevada proporcionalmente três vezes mais que a renda dos 20% mais ricos. Esses estudos ainda comprovam que a taxa de pobreza extrema, do ano de 1990 a 2012, reduz de 25,5% para 3,5%.

2. REVISÃO DE LITERATURA

No intuito de entendermos a complexidade dos impactos proporcionados pelo PBF, quantitativos ou qualitativos, através da percepção nas mudanças de ordem econômica, social e de construção da cidadania dos beneficiários, recorreremos a teóricos conceituados nas ciências sociais que contribuíram com uma literatura atualizada sobre o programa através dos mais variados trabalhos: livros, artigos, teses e dissertações, que se encontram aqui enunciados.

Na pesquisa que originou este TCC, buscamos um suporte teórico norteador das políticas públicas de distribuição de renda no Brasil. Nesse sentido Rocha, (2013) nos mostra a trajetória dos programas sociais, do seu nascedouro a sua maturidade. O processo de “visibilidade” e a conquista de uma relativa autonomia por uma fração social imersa no ‘esquecimento’ do Estado, que ganha destaque na análise feita por (REGO & PINZANI, 2013).

O PBF apresenta uma identidade ligada ao seu criador e idealizador, o ex-presidente Lula. Essa “ligação” faz com que o termo *pai dos pobres*, nascido da era Vargas, seja novamente atribuído a outro chefe do poder executivo nacional. O fato aguça o interesse sociológico de entender o “lulismo” ou [pacto conservador], como sendo um modelo de baixo reformismo, que passou a se estruturar a partir da consolidação dos programas de transferência de renda. Ou seja, o governo do ex-presidente Lula era esperado como construtor de grandes reformas sociais, às quais não aconteceu e, nesse interim, surgem as ações remediativas, mas com a capacidade de ‘gerar’ mobilidade social (SINGER, 2012).

Para que se compreenda de maneira detalhada e racional a influência midiática exercida pelos nossos principais meios de comunicação, recorremos a Sicsú, (2013) nessa tentativa de evidenciar o conservadorismo e a tendenciosidade da mídia ao discutir os Programas de Transferência Condicionada de Renda no Brasil. Ainda nessa linha, Campello & Neri, (2013) apresenta a ‘quebra’ de mitos construídos por uma classe média conservadora e com animosidade ao Programa Bolsa Família.

Para uma interpretação mais consistente do pensamento neoliberal, entendemos por meio de Zimmermann, (2006) que essa ideologia concebe a necessidade de prestar ajuda aos pobres, mas possui grandes dificuldades em reconhecer as políticas públicas como um direito humano. No sentido do reconhecimento pelos beneficiários e não beneficiários, e de como os mesmos constroem suas próprias representações, recorremos a Ávila, (2013) para avaliar a percepção das angústias e aspirações de uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade social.

Com base nos fundamentos da sociologia de Souza, (2003) compreendemos que a histórica dívida social brasileira está intimamente ligada ao “distanciamento do Estado” no que concerne à garantia dos direitos sociais, ou seja, está articulada a um processo de modernização tardia. E essa modernização tardia produz resultados sociais que conduzem à busca por programas compensatórios com a finalidade de minimizar as arestas sociais. No entanto, o autor acredita que no Brasil, os programas de transferência de renda não são

capazes de possibilitar uma mobilidade social de primeira linha pelo fato desses não mexerem na raiz estrutural do problema de classe.

Nessa mesma direção do reconhecimento da dívida histórica brasileira (COHN, 2012) também entende que durante muito tempo os programas de assistência sociais no Brasil foram à maioria das vezes produzida à revelia dos direitos sociais e estiveram associados a um viés clientelista. A autora elabora uma reflexão enfática quando demonstra programas sociais sem o aval do BM no Brasil ser algo bastante complexo. Ou seja, pegando-se o PBF como exemplo, a autora ainda ressalta o conjunto de normas que o BM propôs estabelecer para gerenciamento do referido programa.

Amélia Cohn coloca ainda que, quando do nascedouro do PBF, o BM discordava das diretrizes não assistencialistas que o governo brasileiro queria estabelecer como prioritárias criando um programa condicionado e focado às famílias mais vulneráveis em termos econômico e social que viesse preferivelmente assegurar autonomia aos beneficiários. As exigências que o governo brasileiro, quando da criação do PBF, utiliza para romper com as normas sugeridas pelo BM são em grande parte medidas eivadas de um caráter anti-arbitrário que a instituição citada gostaria de levar a cabo. O BM na sua política de ajustes de programas sociais que adentram principalmente os países em estágio de desenvolvimento por meio dos seus *cardápios indigestos*, neste caso específico, querendo estabelecer empréstimos com condicionalidades instrumentais feitas às avessas e com consequências imprevisíveis para os seus requerentes (COHN, 2012).

Buscando uma interpretação da percepção de cidadania e de como os beneficiários balizam suas novas relações sociais, Rabelo, (2011) nos fortalece para entender os fatores que leva os beneficiários de encontro à inserção em um contexto social que há pouco tempo era impenetrável pelas pessoas mais carentes.

3. METODOLOGIA

A metodologia qualitativa da qual fazemos uso para esta pesquisa de TCC consiste no acompanhamento das famílias, na observação direta de experiências de vida dos beneficiários, e para esta finalidade ouvimos os beneficiários durante o recebimento do abono natalino nos correios; compras em feiras-livres; supermercados; recebimento do benefício em casas lotéricas; compras em açougues e visitas a postos de saúde. Nesses dois anos de pesquisa, realizamos as análises qualitativas por meio de um acompanhamento sistemático de quinze famílias beneficiárias e não beneficiárias do Bolsa Família na zona rural da cidade de Catolé

do Rocha-PB. Esse acompanhamento consiste em entrevistas semiestruturadas e periódicas junto aos beneficiários, com os quais mantemos um diálogo “aberto e familiar” dentro do universo do PBF.

Em um segundo momento, percebemos a necessidade de às vezes optarmos também por visitas aos locais acima citados com a finalidade de “escutar” as falas e sem nossa interferência ouvirmos os inclusos no universo do Programa. Na ocasião, utilizávamos um pequeno gravador portátil ‘invisível’ ao olho do beneficiário, no qual gravávamos as falas para depois decodificá-las no caderno de campo, executando as análises preliminares sem a identificação desse público ouvido de forma assistemática.

Conforme Bourdieu (1998), a pesquisa é algo que demanda tempo, e seu esmero se dá quando há o estabelecimento da confiança, ou seja, quando as pessoas passam a se sentir à vontade com a pesquisa para expressar suas alegrias, decepções, conquistas e anseios. E para que isso ocorra se faz necessário várias idas e vindas ao campo do estudo. Desse modo, sistematicamente construímos elos de confiança com os beneficiários dos programas sociais e, ao mesmo tempo, consolidamos o entendimento dos arranjos que circundam o objeto de estudo. Em nosso caso específico, as conquistas e ambiguidades que envolvem os beneficiários do Programa PBF.

Por meio do método de ordem qualitativa ao qual fazemos uso neste trabalho é que buscamos o norteamento para as inquietações às quais aqui apresentamos, tendo-as como principais variáveis em forma de questões: a) há um crescente processo de mobilidade social, que é produzido pelo aumento do poder de compra e de escolarização entre os beneficiários do programa; b) categoria dos trabalhadores brasileiros intensifica sua jornada de trabalho, e esse aumento da jornada está, em sua maioria, ligado ao mercado informal, ou seja, os já conhecidos “bicos”, tal fato vem se chocar com o mito da “vagabundagem” conferido aos beneficiários; c) os beneficiários reconhecem a hierarquia de classe, embora reajam pouco a mesma, contemplando a inclusão no programa, mas se vendo ofuscado na inclusão da fotografia social brasileira; d) os beneficiários saem do programa sem querer ‘perder’ o benefício, ou seja, a família aumenta a renda ao ponto de ultrapassar os limites condicionais do programa, mas, em sua maioria resistem à devolução voluntária do cartão; e) por fim, a existência de uma busca incessante por parte dos beneficiários quanto ao sucesso educacional dos filhos. E com a finalidade deste entendimento é que a seguir apresentaremos nossos resultados.

4. RESULTADOS

Relativo ao que os beneficiários vivem hoje em seu cotidiano, expomos aqui os resultados que chegamos neste trabalho. A Colina, comunidade na qual pesquisamos no município de Catolé do Rocha-PB, e também os depoimentos colhidos na referida cidade na agência de correios, lotéricas, feiras livres, supermercados, açougues e centros de recadastramento do programa do governo estadual Cuscuz Com Leite.

Em um dos primeiros “encontros”, Dona Irene, nossa entrevistada que mora com seu esposo, uma filha e três netos em uma casa de alvenaria sem esgotamento sanitário, nos informa que passou todo tipo de privação possível à sustentabilidade de seus onze filhos. Relatou-nos que foram tempos difíceis e que, muitas vezes, não tinha como alimentar sua extensa família. Essas dificuldades, às quais se refere a beneficiária, possibilita-nos a compreensão acerca da mudança ocorrida em seu cotidiano e na vida de seus filhos nos últimos vinte anos. Essas transformações ficam evidentes em suas características físicas, como as rugas ocasionadas pelo sol causticante do semiárido, e ainda a expressão coloquial demonstrada em sua linguagem. Hoje, no antagonismo por ela vivido, podemos observar o contraste entre *os velhos móveis* e *os novos eletrodomésticos* em sua residência. Determinadas análises demonstram que essas mudanças são provenientes do suporte monetário oferecido pelo PBF e da aposentadoria rural.

Quando conversamos com dona Gislene, outra moradora da comunidade, sobre sua inserção no PBF e as dificuldades por ela encontradas devido aos trâmites burocráticos do programa, ela nos disse que recebe o benefício há oito anos, e que, segundo a mesma:

Entrar no bolsa família me deu muito trabalho foi muita burocracia e muita demora. Mais hoje é bom, o cartão é em meu nome, tenho meu dinheirinho para comprar as minhas coisas, para mim e pro meu filho. Naquele tempo eu só tinha um chinelinho, botava água na cabeça e hoje tenho água encanada e posso ter mais de um chinelo, pra mim e pro meu filho (DONA GISLENE BENEFICIÁRIA DO PBF).

A maneira como a referida senhora usa os substantivos *dinheirinho* e *chinelinho* na forma diminutiva remete-nos à dimensão da dificuldade pela qual passou em sua infância e adolescência. Ainda segundo ela: “nóis não tinha um chinelo que prestasse; minhas roupas, ah meu Deus, eu tinha até vergonha quando chegava visita lá em casa, era um sufoco, até a água nóis botava na cabeça ou em jumento”. A visibilidade das mudanças de ordem econômica na vida dos beneficiários merece destaque se comparado à maneira como viviam há vinte anos. No entanto, são reais as lacunas no que tange à discrepância no processo educacional dos

beneficiários. O precário entendimento dos direitos cidadãos, provocado pela baixa escolarização naquela comunidade, ilustra a falta de assistencialismo dos governos anteriores.

Quando questionamos a beneficiária Kaliane sobre as dificuldades por ela enfrentadas para sustentar sua família composta por seis pessoas, a mesma alega que, apesar de morar com o marido em um lote de terras adquirido através de financiamento do Governo Federal, garante-nos que hoje são *novos tempos*, segundo a mesma:

Era tudo muito difícil, eu só tinha três roupinhas, uma para sair e duas para vestir em casa, também só tinha dois par de chinelos um pra usar em casa e o outro pra calçar no domingo se fosse pra uma missa. Naquele tempo pobre era pobre. Olhe moço eu fui comer maçã e uva já grande, para vocês ter uma ideia no batizado do meu filho mais velho eu passei um sufoco danado, porque o menino estava sem fraldas descartave, nois mal podia comprar o que comer. Naquele tempo pobre não entrava em banco. Agora depois desses governos mudou muito, hoje agente faz empréstimo no **PRONAF** para comprar vaca e boi, e agora já compramo até nosso pedacinho de terra, temo nossa casa, nossa mesmo, ninguém mais pode mandar a gente ir embora, moramo no que é nosso (KALIANE BENEFICIÁRIA DO PBF).

No relato que ouvimos da beneficiária temos a dimensão do contraste entre o que ela chama de *os velhos e os novos tempos* naquela comunidade: faltavam-lhe comida e outros artigos essenciais à família.

Ainda constatamos que o PBF não age isoladamente. Uma breve revisão bibliográfica nos aponta a existência de vários outros programas atrelados ao mesmo, como Brasil Sem Miséria BSM, Brasil Carinhoso BC, Bolsa Estiagem BE, Bolsa Verde BV entre outros. Além do mais, a extensão do crédito rural para famílias de baixa renda, como é o caso do PRONAF, que oferece às pessoas da zona rural condições para aquisição de animais, compra de equipamentos agropecuários, desenvolvimento da avicultura, compra de pequenas propriedade e apicultura. Esse processo é para nós entendido como uma tendência da “bancarização” da pobreza.

Ao visitarmos dona Francisca, uma senhora de trinta e nove anos, casada há dezenove com um morador daquela comunidade, mãe de quatro filhos, sendo que o primogênito morreu ainda na maternidade da cidade de Catolé do Rocha-PB, verificamos que ela está inclusa há oito anos no Programa Bolsa Família. Essa senhora, em seu informe, afirma ter cumprido todas as condicionalidades que o programa de transferência de renda exige das família cadastradas.

Quando derivamos o assunto à educação, dona Francisca nos relata: “nos dias de hoje, ninguém pode ficar sem estudar, senão, como vai arrumar um emprego que preste?”. Fica evidente, através dessa fala, o esforço linear crescente dos beneficiários em adentrarem ao mundo do trabalho pela condicional da educação. A preocupação em relação à instrução sai do âmbito burocrático da frequência escolar e passa a fazer parte de anseios e desejos na

esfera familiar, contrariando estigmas encontrados por nós nesta pesquisa por parte de pessoas da mesma fração social. O fato é que algumas beneficiárias afirmam que determinadas crianças só vão à escola para que as mães não percam o vínculo com o PBF.

Quando fizemos referência à morte de seu do filho primogênito no momento do parto, dona Francisca permanece em silêncio, o assunto nos pareceu bastante doloroso a julgar pelas lágrimas quando ela relembra à perda, e diante de tal situação decidimos não insistir no assunto momentaneamente. Em outro dia, ao visitarmos a beneficiária e fazermos uma leve alusão ao assunto, tendo em vista o tema ter um forte peso emocional, ela suspira e com um olhar melancólico desabafo:

Eu não tive força para ter o meu filho e nem sentia dor, o doutor só dizia que eu tinha que ter ele normal, se tivesse feito um cesário hoje ele tava mais eu, passou do tempo de nascer meu filho morreu. Sofri duas noites e dois dia e o pior é que só me mostraram meu filho depois de morto, se ele tivesse vivo ia completar vinte anos (DONA FRANCISCA BENEFICIÁRIA DO PBF).

Ao concluir tal fala, o que vemos em seus olhos é um brilho deprimido, a dor de uma mãe que não teve o direito de ver seu filho viver. Diante de tal situação tivemos que nos controlar para que as lágrimas também não aflorassem o nosso rosto, ao observá-la após um longo silêncio vimos o sentimento de impotência com um misto de tristeza em seu semblante, talvez, o fato de nada poder fazer de efetivo perante a inoperância das políticas de saúde na época venha contribuir para o seu estado emocional momentâneo.

Em nossa leitura, diante das evidências colhidas no seio desta pesquisa, temos evidências de melhoras significativas na esfera social, na área de saúde, como exemplo do programa saúde da família e também, entendemos que a monetarização das famílias beneficiárias vem contribuindo de maneira significativa para a queda da mortalidade infantil (RASELLA ET AL, 2012).

Com a intenção de analisarmos o tão propalado pela mídia e classe média como sendo o “efeito preguiça”, em nossas entrevistas sempre derivamos as conversas ao tema da ociosidade ao trabalho com a intenção de analisarmos o grau de acomodação das famílias beneficiárias do PBF. Nossa intenção é a comparação entre o estigma a eles atribuído e a realidade por estas famílias vivenciadas em seu cotidiano. Neste sentido, o relato de dona Meirinha, uma beneficiária mãe de três filhos nos surpreendeu com sua objetividade:

Quando eu morava no Pernambuco eu fazia tudo, lavava roupa de ganho, nas horas vagas fazia sabão pra vender, vendia espetinho e eu não tenho medo de enfrentar a vida, a minha renda do bolsa família de duzentos e setenta e dois reais não me acomoda em casa, eu quero mais, eu gosto de ralar, eu gosto de suar, o bolsa família me dá comida, mais eu quero mais, tenho três filhos e quero manter eles na escola (DONA MEIRINHA, BENEFICIÁRIA DO PBF).

A beneficiária acima citada mesmo com processo educacional defasado (antiga quarta série e o seu marido sendo analfabeto) não desiste de tentar superar sua situação de vulnerabilidade monetária. Ser semianalfabeta é um dos motivos que dificulta seus sonhos de progressão sócio econômicos. Através de nossas sensibilidades para os enfoques da sociologia, temos o entendimento de detectar através de falas como: “sonho em ver meus filhos estudarem e assim possam ser alguém na vida”, ou ainda, “eu gosto de ralar, eu gosto de suar” os subsídios que fomentam a busca de pessoas com alta vulnerabilidade social por uma relativa autonomia, por melhores avanços econômicos, mesmo que para atingirem esse patamar tenham que adentrarem ao mundo da informalidade.

De certa forma, tais descobertas contradizem o que aponta o midiático conceito de que o “PBF apenas geria uma precária ajuda capaz de viciar seus beneficiários alocando-os para a ociosidade do trabalho” (COHN, 2012, p. 13).

Em visita a residência de dona Neta e seu Naninho (esposo), constatamos que o casal mora em uma casa antiga de alvenaria sem esgotamento sanitário, em uma pequena fazenda onde o esposo trabalha como vaqueiro cuidando de umas poucas vacas, *sobreviventes da seca* nos anos de 2012 e 2013, e sua esposa apenas recebe o benefício do Programa Bolsa Família.

Nos depoimentos colhidos constatamos que o casal tem quatro filhos, sendo que dois concluíram o ensino médio, uma desistiu em meio ao curso de Licenciatura em Ciências Agrárias para trabalhar e a outra está concluindo o curso de Licenciatura em Letras. Este é um dos casos em que observamos a evasão escolar para o ingresso no mercado de trabalho entre filhos de beneficiários do PBF.

Seu Naninho (esposo da beneficiária) em conversa conosco nos afirma que já passou por tempos difíceis: “antigamente nos tempos de grandes secas e emergência nois comia feijão preto quando tinha, e mesmo assim o bicho não cozinhava e era mandado pelo governo, naquele tempo filho de pobre era magro mais os meninos de hoje são gordos”.

Nessa fala percebemos como o apoio financeiro que o PBF proporciona à referida família atualmente é tão importante, visto que o mesmo vem dando a sua contribuição positiva para a inexistência de tal dimensão por ela relatada. Tal argumentação de que o feijão não cozinhava e que era de péssima qualidade se enquadram naquilo que Conh, (2012) & Rego, (2013) colocam, ou seja, o BM quando da fundação do PBF gostaria de impor como um dos critérios básico à distribuição de sextas básicas, porque dizia que as pessoas não sabiam gastar bem os recursos.

Ao visitarmos dona Joana uma, ex-beneficiária do PBF, constatamos que a mesma mora com seu esposo em uma modesta casa de alvenaria sem esgotamento sanitário. O casal teve 04 (quatro) filhos, mas um faleceu ainda bebê, hoje tem dois filhos com ensino médio e uma filha cursando pedagogia. A senhora nos afirma que jamais desistiu da educação e seus filhos, hoje com uma filha próxima a concluir o ensino superior sonha superar a condição de pobreza por meio da educação dos filhos, em sua fala ela diz: “sempre achei que o estudo é a única forma de mudar de vida, nunca deixei de investir tudo o que podia para ver meus filhos estudando, o dinheiro do minha bolsa servia para isso”.

Dona Joana hoje é agente comunitária de saúde na comunidade em que mora, sempre trabalhou e nos disse que o BF nunca a impediu e exercer a sua profissão: “eu fiz um curso de auxiliar de enfermagem e sempre trabalhei na área da saúde amo a minha profissão”.

Esta é mais uma das pessoas que conseguiram transpor a “porta de saída” do programa pela via da educação. A beneficiária estudou, incentivou e investiu no estudo dos filhos e hoje saiu do PBF por conseguir uma renda *per capita* bem superior a que é estipulada pelo programa (R\$ 77,00 e R\$ 154, 00 respectivamente), tal fato, confirma a ideologia das políticas de transferências condicionadas de renda no Brasil, a médio e longo prazo para superar a reprodução da pobreza (COHN, 2012).

Ao conversarmos com Dona Francisca e seu esposo (seu Pio) constatamos que a mesma está vinculada ao PBF há cinco anos. A família reside em uma casa de alvenaria inacabada com banheiro ainda em construção, apesar de sermos bem recebidos não deixamos de observar certa timidez. O casal não tem filhos, mas a mulher sonha em ter dois, apesar de suspeitar que tenha *dificuldade* para engravidar, segundo a mesma: “Tenho vontade de fazer um tratamento para engravidar, e se Deus quiser eu vou ter meus dois filhos”. O desabafo da senhora somado a queda expressiva do número de filhos por casal por nós constatado nos leva a afirmar que cada vez mais as pessoas fazem o planejamento familiar junto ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Ainda no que se refere às análises da ociosidade ao trabalho entre os beneficiários do PBF, questionamos dona Francisca sobre a possibilidade da obtenção de um emprego formal no mercado de trabalho, A beneficiária é enfática ao dizer que: “Deus me livre de emprego com carteira assinada pra eu perder minha bolsa e depois posso perder o emprego, e ai vou ficar sem nada. Eu quero ter é um ou dois filhos pois, só assim, eu garanto a minha bolsa família”.

São depoimentos como esses que nos conduz ao sentido de filtrar as diferenças entre comodismo e bem-estar. O medo da beneficiária é justificável quando entendemos a

instabilidade proporcionada pelos trabalhos de baixa remuneração e conseqüentemente com pouca qualificação. Este tipo de vínculo empregatício oferece o risco da perda do benefício. De acordo com Souza (2006), risco esse que “a ralé Brasileira” quer ter distante de sua vida cotidiana.

4.1. A VISÃO DOS BENEFICIÁRIOS QUANTO À CIDADANIA

Com a finalidade de termos a percepção de como os beneficiários arquitetam o conceito constitucional de cidadania em seu meio, buscamos através de diálogos sutis aguçarmos as aspirações desse universo de pessoas com um histórico de “pobreza” sócio cultural, ou seja, os beneficiários do PBF.

Em uma nova visita à residência de dona Francisca, a mesma nos disse que já está fazendo tratamento para engravidar com o médico do postinho, e segundo ela tem sido bem atendida pelo pessoal da área de saúde do município em pesquisa. Recentemente, revisitamos a mesma ao chegar da maternidade, desta vez a encontramos com um bebê recém-nascido e ambos com saúde.

Esse fato, quando comparamos às “falas da infância”, leva-nos ao antagonismo naquilo que ouvimos, quando o senhor Pedro de Souza (*in memoriam*), dizia-nos na década de oitenta:

Antigamente, a muié tinha menino em casa. Na hora do menino nascer agente montava num jumento e ia atrás da partera. Quando a partera chegava muié já tava quase morta e o menino já quase nascendo. E a partera tinha as mãos abençoada. O menino nascia e agente faltava pouco morrer de alegria. O menino não morria e a muié escapava. Deus butava a mão no meio. Meus filhos viram a luz do mundo em casa, agradeço as parteras essas muié eram santas (PEDRO DE SOUZA, *in memoriam*).

As contradições no que se constituem as “antigas” condições de saúde às quais pessoas pobres da zona rural eram submetidas são relembradas com tons nostálgicos, tendo em vista haver progressos nessa área e os mesmos estarem chegando às famílias que compõem o universo dos beneficiários do PBF.

Com a intenção de entendermos a situação da mãe (dona Francisca) na configuração social, indagamos a beneficiária sobre sua cidadania, como a mesma se configura com um ser sociável, ela nos afirma que não se acha uma cidadã, e continua: “esse negócio de cidadão é pra gente rico que tem seus direitos e tem dinheiro eu não me acho como uma cidadã”.

O conceito da cidadania sobre os direitos constituídos foge à compreensão da entrevistada. O que para nós se caracteriza como poder aquisitivo e a sua influência, para a beneficiária, a riqueza é o que leva o indivíduo a ser tratado como um cidadão. Nesses termos, apesar de discordarmos do conceito de cidadania da referida senhora, temos que reconhecer um fundo de verdade em sua declaração. Para uma fração social que por muito tempo se achava *esquecida* pelas políticas assistenciais, o fato de ser pobre não representa apenas ser desfalcado de recursos monetários, mas sim, a maneira como os mesmos são tratados pelo estado, e na concepção da referida filiada do programa a cidadania está intimamente ligada a acesso ao dinheiro e a *status* social.

É necessário entendermos a “necessidade” da existência da pobreza para que o público e o privado não percam a noção daquilo que Simmel, ([1907], 1998, p.47) chamou de “obrigação socializada”, nesse sentido, é interessante a existência da pobreza para a perpetuação da ‘dádiva’, ou seja, haverá sempre um doador e alguém pronto a receber. A assistência como sendo algo instituído quantitativamente por quem doa, visto que em uma situação oposta, a proteção perderia seu limite e conduziria a igualdade de todos, situação em que se perderia o objetivo social. Assim fica em evidência que a razão da ajuda se baseia meramente na manutenção do *status* de pobre.

Em virtude da dimensão da pobreza e da desigualdade socioeconômica no Brasil, tendo em vista a importância do PBF no que tange à amenização desse problema, interessamos a visão de cidadania construída pelos beneficiários a respeito do programa. As mudanças e os avanços sócio econômicos na vida dessas pessoas são visíveis e concretas, a nós interessa até que ponto esses avanços influem no que Rabelo, (2011) chama de *cidadanização* na visão dos beneficiários do PBF.

As novas relações sociais emergidas a partir desse novo contexto social têm o seu cunho estritamente financeiro. As famílias que outrora viviam em processo de escassez financeira hoje com as políticas de programas de transferência de renda veem sua inclusão ao mercado de consumo, novas portas se abrem. As mesmas que até bem pouco tempo se achavam fechadas aos beneficiários, essa nova inclusão da qual está se inserindo os beneficiários do PBF pode ser o nascedouro de novas relações sociais mais igualitárias.

Nessa corrente de investigação na qual a finalidade é a percepção de como se estrutura as novas relações sociais, nosso intuito é entender o seu nascedouro, como surge, e se esse surgimento tem bases constitucionais ou nasce apenas das necessidades de uma relação mercadológica? Na intenção de analisarmos esta variável, ouvimos dona Maria das Graças

beneficiária de trinta e nove anos que há quatro se encontra vinculada ao PBF, na ocasião, e a respeito deste tema ela nos disse que:

A cidadania pra mim é eu ter o que comer tá com saúde eu e meus filhos e meu marido não quero emprego de ninguém prefiro a minha bolsa, pois eu recebo meu dinheiro sem trabalhar e assim me sobra tempo pra cuidar dos meus bichos, prefiro dá cumê às minhas galinhas, patos, coelhos e minhas cabras de que trabalhar de graça pros outros. Olha seu moço, quando nois casamos nois só tinha uma carroça de jumento, e hoje nois temos nossos bichinhos, nossa moto, e agora compramos até um carro, tá certo é velho, mais dá pra nois ir na cidade fazer a feira ou levar um menino quando adocece (DONA MARIA DAS GRAÇAS BENEFICIÁRIA DO PBF).

Entendemos que a beneficiária não percebe o significado constitucional da palavra cidadania, o que para nós é natural a este universo de pessoas de baixa escolarização, e que foram educadas em um ambiente ‘pobre’ em termos de assistência dos serviços públicos essenciais. Para indivíduos que cresceram vendo a negligência de políticas públicas e muitas vezes nem sabiam da sua existência é perfeitamente compreensível a sua falta de percepção política pelos direitos constituídos do cidadão.

Fazendo uso de uma reflexão sociológica mais profunda, entendemos na declaração discorrida pela beneficiária em destaque que tem fortes aspirações por autonomia, não gosta de vínculos que sejam capazes de prendê-la a algo ou alguém. Para ela, o mais prazeroso é poder cuidar da família e de seus animais, até porque, quando surge alguma dificuldade de ordem financeira ela tem a quem recorrer, ou seja, a disponibilidade de poder vender alguns animais para cobrir eventuais despesas tem função semelhante à poupança. Para nós, tal caso fica evidente como sendo mais uma forma de busca deliberada de autonomia, mesmo que nesse caso específico, retrate o processo autônomo em um âmbito estritamente rural.

Outro fato que nos surpreende é o caso da titularidade do cartão. Embora a beneficiária sendo titular do benefício, este seja recebido pelo marido. Ao observar nossa surpresa ante a revelação, a mesma se apressa em dizer: “eu não gosto de mexer naquelas máquinas, quem tira o dinheiro é meu marido ele me dá o que eu preciso pra mim tá bom de mais”. Tais afirmações nos fornecem indícios de que as deficiências existentes pela falta de uma mínima alfabetização impõem às pessoas um processo de baixa autoestima, tal qual, deixando-as incapazes de manusear máquinas simples como é o caso dos caixas eletrônicos da rede bancária.

Temos indícios através deste depoimento e de outros que seguem a mesma linha de pensamento, que o tema em questão se refere à histórica dominação masculina. De acordo com Bourdieu, (2003), trata-se de uma violência simbólica arquitetada pelo modelo social que constrói uma imagem de mulher submissa, frágil, vulnerável e dependente. Segundo o autor

as mulheres são socializadas na influência da dominação dos corpos, ou seja, uma masculinidade dominante e uma feminilidade dominada.

Ainda no decorrer dos diálogos com relação ao surgimento de novas relações sociais, dona Meirinha faz outro desabafo:

Olha amigo, eu estou acostumada a ouvir as pessoas ricas dizerem: fulano, só porque a mulher recebe a Bolsa Família ele não trabalha mais. Eu escuto mais não ligo, pois eu sei que aquilo é porque nós não somos mais obrigados a trabalhar a troco de quilo de farinha e rapadura preta, hoje nós temos o que comer, eu vou ao supermercado, açougue, padaria e os comerciantes me conhecem, meu dinheiro é pouco mais é certo, é muito diferente de quando eu não tinha o dinheiro, ninguém me via, ninguém me enxergava, parece que eles tinham medo da minha pobreza pegar neles. Hoje é diferente, eu hoje converso com pessoas que há dez anos nem olhava na minha cara, hoje eu sou gente (DONA MEIRINHA BENEFICIÁRIA DO PBF).

Relatos como este chamam atenção para o surgimento de novas relações sociais constituídas a partir da esfera econômica, apontando o caráter de integração social. A proeminência de uma aproximação entre pessoas com enorme discrepância econômica e social, são inícios, ainda tênues, de inclusões mais igualitárias, as mesmas inserções que eram restritas no passado, pelo motivo da descapitalização financeira dos que hoje são beneficiários do PBF. Tais análises tendem a nos conduzir na direção de que o que está havendo é uma adequação do mercado a esses novos consumidores, agora capitalizados. Esse mercado, atualmente inclui uma “gorda” fatia de nossa sociedade, segundo o MDS (2014) algo em torno de 13,9 milhões de famílias, e isso representa cerca de 50,2 milhões de pessoas que até pouco tempo era “invisível”, e que esta invisibilidade social está sendo ‘quebrada’ por força do processo de monetarização promovido pelas políticas sociais brasileiras.

4.2. A VOZ DOS INVISÍVEIS

Após executarmos uma primeira análise sociológica das vozes dos beneficiários do Bolsa Família na comunidade Colina em Catolé do Rocha-PB, apresentaremos uma outra com beneficiários do programa fora do citado espaço social, o que serve como complemento para embasarmos a dinâmica de funcionalidade do programa, abaixo, apresentaremos as falas colhidas em: a) feiras livres; b) supermercados; c) açougues e casas lotéricas que fazem o pagamento do benefício.

Em uma quinta feira, 11/12/2014, aproximadamente às 8 horas, dirigimo-nos à agência dos Correios, em Catolé do Rocha-PB, com o intuito de ouvirmos, para fins de transcrição, a comunicação oral das pessoas favorecidas pelo PBF, que esperavam, em fila, o recebimento

do benefício. Na ocasião, realizava-se o pagamento do “abono natalino” ofertado aos beneficiários do Programa pelo Governo estadual.

Na ocasião, disfarçamo-nos de clientes da agência dos Correios, esperando também na fila, e ouvimos muitas reclamações feitas pelas beneficiárias, a princípio em espera na fila. Uma senhora, ao conversar com sua amiga, diz: “esse sol é de matar. Só nois pobre pra aguentar”; a outra fala: “Ah, mulher, se pelo menos tivesse dois caixas pra atender, e alguém que organizasse essa fila, mas, desse jeito, é só pra nois sofrer”. Os ânimos esquentam na portaria e um início de discussão é gerado por algumas beneficiárias que “furam” a fila, mas todos se acalmam em seguida.

A conversa entre três mulheres nos chama a atenção: “Mulher, ainda bem que eu tô grávida, por isso eu entro logo”, a outra colega em seguida: “Ah, eu trago logo minha filha pequena; com ela eu também entro logo”, a terceira senhora, aparentando sensatez àquela situação, afirma: “Deus me livre de trazer minha filha praqui”.

As falas dos próprios beneficiários evidenciam a visão que têm de si mesmo, através da resignação pelo lugar à fila, no entanto, demonstram insatisfação diante à forma como o poder público lhes trata quando vão receber o benefício. A maneira como fala a primeira mulher mostra que ela entende o lugar que lhe ‘cabe’ diante da hierarquia social e não hesita em usar a gravidez para obter vantagem na fila de pagamento. Exposta ao calor causticante, a segunda senhora, que também compactua na simetria dominante do ambiente, faz uso da própria filha para conseguir atendimento rápido. Já a terceira, mais ponderada, demonstra não querer a filha pequena naquele ambiente caótico. Dessa forma, a mesma reconhece a condição de beneficiária assistida pelo Estado e não deseja essa reprodução social à filha.

Outro detalhe nos chama a atenção: as mulheres beneficiárias estarem na fila fora da agência e com entradas sistematizadas pela organização do caixa e, ao mesmo tempo, pessoas que iam fazer pagamentos ou outras atividades não terem sua entrada vetada. O mais intrigante é que as mesmas eram reconhecidas e encaminhadas à porta pelas próprias beneficiárias, frequentemente ouvíamos: “O senhor pode entrar, a senhora pode entrar, quem vai fazer pagamento pode entrar, quem vai fazer outras coisas pode entrar”. A distinção era feita pelo vestuário, joias, cabelo, adereços, meio de transporte e até mesmo a dicção dos recém-chegados interferia na decisão de quem podia ou não entrar. Nessas falas e nessas atitudes, fica evidente o auto estigma dos beneficiários, pois acreditam que estão recebendo uma ‘doação’. Esse reconhecimento é resultado da complexa trama social brasileira, ou seja, o que as classes mais descapitalizadas em termos sociais carregam historicamente, o de está sempre relegado ao segundo plano.

Na desorganizada fila, à porta dos Correios, o funcionário coloca de dez em dez as beneficiárias para dentro da agência e, diante de apenas um caixa, percebe-se lentidão no atendimento. Atentos àquela situação, registramos as falas mais interessantes ao nosso enfoque: uma senhora conversa com outra e diz: “eu tenho que receber esse dinheiro e sair correndo pra fazer o almoço que de tarde vou trabaiá”; sua colega, sonolenta, alega: “nem me fale em trabalho. Eu começo de oito da noite e vou até quatro da manhã na lanchonete. Tô morrendo de sono. Ainda bem que estou de férias do IF⁵, já não aguentava mais”. Outra beneficiária, ao ouvir o diálogo, completa: “ah, mulher, é por isso que eu prefiro trabaiá em casa. Eu faço mantas e consigo ganhar quatrocentos reais por mês”. Uma jovem, aparentando entre vinte e vinte e cinco anos, também aproveita e deixa seu registro: “eu prefiro fazer faxina, faço três toda semana e só trabalho no dia que quero e tem gente que me paga até cinquenta reais por faxina”. Nesse momento, eu lanço uma indagação: a senhora não preferia um emprego formal, com carteira assinada, ao invés de fazer faxina, mesmo com o risco de perder o Bolsa Família? Ela responde: “é claro que eu preferia um salário, afinal, um salário é um salário”. Essa última fala evidencia a valorização do salário mínimo quando comparado ao valor do benefício do PBF, recebido pela referida senhora.

A nossa curiosidade gerada pela fala de uma das senhoras quando diz no final de sua declaração: “ainda bem que estou de férias do IF, já não aguentava mais”, logo é esclarecida, pois a mesma faz um curso de manutenção de computadores, com duração de nove meses, no Instituto Federal de educação da Paraíba IF-PB, tornando o seu cotidiano bastante corrido.

Diante dos relatos obtidos pelas declarações espontâneas das beneficiárias e pelas queixas constantes: “não sei porque tanta demora; nois temos o que fazer em casa”, direcionamo-nos à entender que as pessoas compreendem o benefício como um complemento fixo à renda, é a certeza de não *passar fome*, mas isso não impede as famílias beneficiadas de buscarem outro complemento à renda, muito embora, tais recursos nasçam de um mercado muitas vezes informal. E isso, de certa forma, favorece os beneficiários que não podem ter vínculos empregatícios. Nesse raciocínio, entendemos que a “acomodação” não é igual à conceituada pelo discurso elitista e midiático de que o Programa provoca ociosidade ao trabalho.

Em relação às aspirações quanto ao trabalho formal e a segurança que o mesmo oferece em termos de direitos trabalhistas, esbarra-se na desqualificação desse universo de pessoas, ou seja, os beneficiários do PBF. Mesmo sem a qualificação exigida e vendo a

⁵ Instituto Federal de Educação

formalização como algo abstrato, as pessoas *se viram como pode*. Os famosos ‘bicos’ ganham a preferência quando se trata de complementar a renda. “Logo, não há desinteresse, mas sim, obstáculos. Alguns intransponíveis para obtenção de trabalho” (RABELO, 2011, P. 200).

Outro detalhe que chama a nossa atenção é o desconforto pelo fato do pagamento do abono natalino não ser realizado por bancos ou casas lotéricas que garantam conforto aos beneficiários durante a espera pelo recebimento do benefício. Uma senhora reclama: “esse dinheiro era pra ser na caixa ou na lotérica”; logo, outra responde: “mulher esse dinheiro é de Ricardo, não é de Dilma”; uma terceira senhora entra na conversa: “isso é porque Ricardo quer comprar os votos, mas com esse dinheiro eu não voto nele, dizem que a mulher dele veste calcinha de mil reais e ele só dá essa mincharia a gente”.

As falas deixam claro que os beneficiários do PBF sabem dissociar entre os benefícios do mencionado Programa e o ‘abono natalino’, pago anualmente pelo governo do Estado. Os discursos articulados pelos beneficiários de maneira sistemática mostram que os mesmos são perspicazes quanto à origem e ‘intenção’ dos valores por eles recebidos. O que de certa forma aponta na direção da ‘quebra’ da ideia permeada em nossa seara social elitizada de que essas pessoas são leigas e imaturas e, por esses motivos, não são capazes de distinguir uma política social de assistencialismo. Na busca pelo entendimento do beneficiário, de como o beneficiário do PBF se auto vivencia enquanto ser social e de como constrói sua autoimagem, fomos às feiras e supermercados com a intenção de ouvi-los em uma de suas mais sagradas atividades: as compras. Abaixo faremos um breve resumo do que ouvimos.

Na sequência de nossa pesquisa, buscamos identificar o sentido de como os beneficiários do PBF constroem sua identidade diante dos estigmas históricos. Para uma fração social desprovida dos capitais monetários, consumir alguns produtos “considerados de luxo” era uma utopia vista a descapitalização monetária dessas famílias, no entanto, esse consumo ficava restrito às frações privilegiadas em termos sociais. Nesse sentido, fizemos sistemáticas visitas aos supermercados e feiras-livres da cidade em estudo. Nosso intuito era analisar como os beneficiários se comportam diante desse novo fenômeno, ou seja, o poder de consumo, como ele é feito e como o mercado se comporta e se direciona para essa nova parcela de consumidores.

Nos supermercados que analisamos, detemo-nos na observação de como os gêneros alimentícios (e outros) estão expostos nas prateleiras. Um olhar mais apurado nos mostra que os produtos com valores mais elevados estão, em sua maioria, dispostos nas partes mais alta das estantes, ou seja, na altura da visão de um adulto de média estatura. Também, em sua maioria, constatamos que os produtos com preços mais acessíveis encontram-se nas partes

mais baixas das prateleiras, obrigando as pessoas se abaixarem para ver o preço e, conseqüentemente, pegar o produto. Algo nos chama a atenção quando ouvimos um comentário de uma senhora de aproximadamente 40 anos: “eu já tô com dor na coluna de tanto me abaixar pra pegar minhas coisas”, Ao ouvir o desabafo da senhora, aproveitei a situação e também me agachei simulando observar o preço de um produto que era bem mais barato que o da parte superior então falei: “não sei por que eles só colocam os produtos mais baratos aqui em baixo. Se nós quisermos ver o preço temos que nos agachar”, logo a senhora me dirige o olhar, e fala: “é, meu senhor, a gente que tem pouco dinheiro tem que pesquisar onde é mais barato nem que tenha que se acocorá⁶” (expressão popular que significa se abaixar).

Na verdade, entendemos que a forma como estão dispostos o grosso dos produtos, e que essa maioria faça parte da cesta básica das pessoas mais pobres, entre elas os beneficiários do PBF não é feita por acaso, mas sim, meticulosamente calculada. Em nossa ótica, isso configura uma violência, um estigma, uma discriminação sutil que passa despercebida à visão dos clientes que preferem os itens mais baratos. Assim, fica reservado o conforto de se manter ereto àqueles que podem pagar um pouco mais por produtos similares de melhor qualidade.

Observamos ainda que os beneficiários não compram itens como frutas, verduras, carnes e peixes nos supermercados analisados. Essa curiosidade só é esclarecida quando visitamos a feira-livre. Na ocasião, constatamos que esse é o lugar preferido para as mulheres comprarem os já citados produtos. Com a intenção de captarmos as falas que nos interessam, passeamos livremente pela feira e em pouco tempo ouvimos comentários como: “vixe, Maria, as maçã aqui são bem mais barato que no supermercado” ou, “mulher, não tem quem agüente comprar verdura lá no supermercado. Lá até as bananas é por quilo”, ou ainda, “agente que é pobre tem que saber economizar, senão o dinheiro não dá pra nada”.

Diante dos relatos ouvidos pelas feirantes obviamente beneficiárias do PBF, compreendemos que o motivo da escolha é claro, o preço. Em uma leve comparação entre os supermercados e a feira-livre, verificamos que algumas frutas e verduras preferidas pelas consumidoras podem ser até 40% mais baratas nas feiras, muito embora não tenham a mesma aparência dos mesmos produtos dos supermercados. Entre as carnes e peixes, a preferência incide sobre o frango, que é uma fonte de proteína mais acessível economicamente e, quanto ao peixe, o seu consumo é mais esporádico. Nas observações em questão, as evidências

⁶ Expressão popular que significa se abaixar.

apontam para um grupo de consumidores bastante preocupados e vigilantes na oscilação de preços, isso faz com que o beneficiário faça suas compras em vários lugares. No entanto, vale ressaltar a importância da economia para o equilíbrio do orçamento dessas famílias.

Recentemente ao visitarmos o centro social na cidade em estudo (Catolé do Rocha – PB) nos deparamos com uma situação inusitada. Na ocasião estava sendo executado o cadastro dos beneficiários do Programa Cuscuz com Leite do governo estadual. O programa disponibiliza sete litros de leite semanal e cerca de dez quilogramas de flocos de milho mensal para mães que tenham filhos na faixa etária de zero a sete anos. Para nossa surpresa uma multidão desorganizada tomava conta do recinto, uma verdadeira balbúrdia de vozes que era impossibilitada a compreensão sonora. A fila constantemente “furada” o que levava sempre a um princípio de confusão que mais tarde só fora acalmada com a chegada da polícia.

De posse do pacote burocrático⁷ as mulheres tentavam se dá bem de todas as formas. A alegação de que estava grávida ou de que tinha uma cirurgia recente era motivo para tomar a frente na desordenada fila. Reclamação não faltava diante do sol causticante das onze horas da manhã. Uma mulher bastante nervosa reclama “a meu Deus isso é um vala me Deus pra arrumar leite pra meus filhos eu só enfrento porque preciso” outra mais assentida com sua situação diz “mulher tenha paciência nois pobre temos que nos conformar com tudo se lembre que o leite e a massa do cuscuz é de graça”.

Muitos foram os relatos e as agitações nesse dia. A insatisfação era visível no rosto das pessoas por não entenderem o motivo pelo qual eram submetidas àquela humilhante situação. Ficava visível a falta de preparo do estado para gerir tal situação, sendo necessária a presença de polícia para acalmar os ânimos, dessa forma o poder público na esfera estadual mostra o que Simmel, (1998) já nos mostrara, ou seja, a pobreza como sendo algo necessário de existir em um ciclo de dependência sócio econômica, pois sem ‘o pobre’ se torna inviável as políticas remediárias e descapitazadas em termos de alcance social.

5. DISCUSSÃO

Nesses dois anos de pesquisa PIBIC/CNPq que resultou na origem deste TCC, foram vários os relatos, desde aqueles ouvidos em entrevista e os que foram ouvidos de maneira aleatória. Neste último formato investigativo, tivemos a percepção das concepções e anseios

⁷ Documentos pessoais, cartão de vacina das crianças, comprovante de residência, registro de nascimento, cartão de bolsa família e o cartão do leite.

de uma fração social descapitalizada pelos capitais socioeconômicos. Ouvir os “invisíveis” é enxergar o que historicamente o Estado esqueceu. É ver um universo com dois lados em nossa moeda social. Ouvir quem presenciou a fragilidade nas políticas sociais brasileiras é ouvir opiniões contrárias à tese de que a pobreza é comum e, portanto, deve ser naturalizada. Observarmos a busca via condicionalidades como a educação e saúde pela ‘quebra’ do ciclo da pobreza. Essa é a finalidade deste trabalho, a ligação necessária entre o trabalho, autonomia, a porta de *entrada e saída* dos beneficiários, a produtividade econômica, esse é o escopo em ouvir a voz dos envolvidos (REGO & PINZANI, 2013).

Com a intenção de analisarmos a ociosidade do trabalho entre os beneficiários do PBF, ouvimos relatos de pessoas que têm medo de um emprego formal por conta da instabilidade que os trabalhos desqualificados representam. Isso pode conduzir a perda do benefício do programa como demonstra um dos relatos por nós escutado: “Deus me livre de emprego com carteira assinada pra eu perder minha bolsa e depois posso perder o emprego, e aí vou ficar sem nada. Eu quero ter um ou dois filhos, pois só assim, eu garanto a minha bolsa família”. São depoimentos como esses que temos que filtrar as diferenças entre comodismo e bem-estar, “O fato é que o programa tem produzido impactos significativos no bem-estar de seus beneficiários e, por extensão, por seu tamanho e características, sobre a população brasileira em geral” (JANNUZZI & PINTO, 2013, p. 188).

Ao ouvirmos os desabafos nas filas de pagamentos nas lotéricas ficamos atentos para a questão dos conceitos de cidadania construídos pelos beneficiários, e voluntariamente ouvimos uma senhora que falara à amiga: “esse negócio de cidadão é pra gente rico que tem seus direitos e tem dinheiro, eu não me acho como uma cidadã”. O conceito da cidadania sobre os direitos constituídos do cidadão foge à compreensão da senhora. O que para nós se caracteriza como poder aquisitivo e a sua influência, para a beneficiária, a riqueza é o que leva o indivíduo a ser tratado como um cidadão. Nesses termos, apesar de discordarmos do conceito de cidadania da referida senhora, temos que reconhecer a veracidade em sua declaração. Para uma fração social que por muito tempo se achava *esquecida* pelas políticas assistenciais, o fato de ser pobre não representa apenas ser desfalcado de recursos monetários, mas sim, a maneira como eles são tratados pelo Estado, e na concepção da referida filiada do programa, a cidadania está intimamente ligada ao acesso ao *status* social e econômico (SIMMEL, 1998).

Relatos como estes chamam atenção para o surgimento de novas relações sociais constituídas a partir da esfera econômica, apontando um caráter de integração social capitalizada. A proeminência de uma aproximação entre pessoas com discrepância econômica

e social, são inícios, ainda tênues de inclusões mais igualitárias, as mesmas inserções que eram restritas no passado, pelo motivo da descapitalização financeira dos que hoje são beneficiários do PBF. Determinadas análises tendem a nos conduzir na direção de que: o que está havendo é uma adequação do mercado a esses novos consumidores, agora capitalizados. Esse mercado atualmente inclui uma parcela da nossa sociedade que até pouco tempo era “invisível”, e que esta invisibilidade social está sendo ‘quebrada’ por força do processo de monetarização promovido pelas políticas sociais brasileiras.

Em virtude da dimensão da pobreza e da desigualdade sócio econômica no Brasil, tendo em vista a importância do PBF no que tange à amenização desse problema, entendemos que a visão de cidadania construída pelos beneficiários, e o nascedouro de novas relações sociais surgem a partir de uma adequação do mercado a essas pessoas atualmente capitalizadas monetariamente pelo PBF. As mudanças e avanços são visíveis, e a nós como pesquisadores nos interessa até que ponto esses avanços influem no que Rabelo (2011) chama de *cidadanização* na visão dos beneficiários do PBF.

São relatos como o de Dona Maria das Graças, em uma de nossas entrevistas quando ela diz: “o estudo pra mim é a única forma de melhorar a vida por isso eu gastei tudo que podia com o estudo dos meus filhos, minha bolsa servia pra isso”, que nos remete à dimensão do descaso político a que seus antepassados e até mesmo elas (as beneficiárias mais idosas) foram submetidas. Talvez essa seja a motivação para apostarem tanto na educação como porta de saída para seus filhos, tendo em vista ser relevante o fato de observarmos que filhos de agricultores têm ingressando no ensino técnico e superior construindo assim o caminho da escola.

6. CONCLUSÃO

Neste trabalho, observamos que o PBF tem impulsionado o processo de mobilidade social aos beneficiários em estudo. A referida paisagem social tem apresentado grandes mudanças qualitativas entre os anos de 1994 a 2015. E estas que evidenciamos são visíveis não apenas nos depoimentos e falas por nós colhidos neste trabalho, mas sim, na constatação do que chamamos de “antagonismo de época”, ou seja, o contraste entre a vida dos beneficiários antes do surgimento dos programas sociais, relatada por meio dos depoimentos e a maneira como vivem hoje. Estas modificações no cenário social às quais nos referimos é estimulada pelo processo de monetarização destas famílias, fato que acarreta um aumento substancial no poder de compra das pessoas mais desfavorecidas em termos monetários. Também é notável o caso do programa está condicionado à educação, o que tem levado maior inclusão de crianças, jovens e até adultos no universo educacional.

No que se refere ao mito da “ociosidade ao trabalho”, tão enfatizado pela mídia como sendo um processo de acomodação às famílias, oriundo do PBF, o que constatamos é o fato de grande número de pessoas que aumentam sua carga horária de trabalho, e este aumento está em sua maioria ligado ao mercado informal. E isso é compreensivo por dois motivos: o fato da jornada diária não interferir na renda oficial das famílias, nesse caso, o mesmo não contribui para a exclusão do beneficiário do programa, o que acontece quando a família atinge renda *per capita* superior a R\$ 77,00 e R\$ 154,00 respectivamente; e o fato da maioria dos trabalhos serem de baixa remuneração, o que é comum entre serviços de baixa qualificação, tendo em vista a opaca escolarização dos beneficiários do programa não proporcioná-los trabalhos com maior alcance social. Este é certamente o motivo pelo qual essas pessoas preferem continuar sendo beneficiários do programa ao invés de um trabalho formalizado.

Observamos também que as pessoas conhecem seu ‘lugar’ na hierarquia de classe social, quando identificam produtos e serviços considerados como sendo “de luxo”, e que, portanto, está fora de seu alcance de consumo, o que não as impede de optarem por gêneros similares com preços mais acessíveis. A disposição dos produtos nas prateleiras de supermercados [produtos mais valorizados nas partes altas; produtos mais acessíveis nas partes baixas], impõem aos beneficiários uma ‘ginástica’ física e financeira. As pessoas reconhecem os produtos compatíveis com os seus orçamentos, mas ao mesmo tempo não percebem a desfaçatez da violência a que são acometidas, passando despercebidos [por fora] da fotografia social brasileira.

Outra conclusão a qual chegamos é a ‘quebra do romantismo’ de que as pessoas devolvem o cartão voluntariamente. O fato é que as famílias que aumentam sua renda através do trabalho formal; casos em que os filhos atingiram a maior idade; ou houve uma melhora na renda por conta de uma aposentadoria. Estas pessoas não se desligam do programa por vontade própria, mas sim, espera o benefício ser invalidado pela racionalidade burocrática estabelecida pelo programa.

Por fim, percebemos uma busca dos beneficiários no sentido de aumentar o grau de escolarização dos filhos, tal preocupação foge do âmbito burocrático da frequência escolar com a finalidade de atingir patamares mais altos na educação. É comum ao longo da pesquisa para este TCC observar crianças, jovens e até adultos fazendo o ‘caminho da escola’, no qual o ensino fundamental, médio e técnico tem prioridade. São claras as aspirações dos beneficiários quanto à escolaridade dos filhos, suas esperanças é que por meio da educação seus filhos não fiquem sujeito a passar as dificuldades que eles vivenciaram. Isso para nós pode ser o início mesmo que tênue da interrupção do ciclo da reprodução da pobreza.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Milene Peixoto. *O Bolsa Família e a pobreza no Brasil: ‘detalhes’ que fazem a diferença*, 2013, P. 266. Tese, Unicamp, CAMPINAS, 2013.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. *Manual de produção de textos acadêmicos e científicos* – São Paulo: Atlas, 2013.

BOURDIEU, Pierre, *Contrafogos: Tática para enfrentar a invasão Neoliberal*- Rio de Janeiro: Jorge Zabor. Ed. 1998

_____, Pierre, *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 160p.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*—Brasília: Ipea, 2013.494 p.

COHN, Amélia, *Cartas ao presidente Lula*. Bolsa Família e direitos sociais / Amélia Cohn- Rio de Janeiro: Pensamento brasileiro, 2012.

_____, Amélia, *Desafios de uma Trajetória de Êxito: dez anos do PBF*, In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* - Brasília: Ipea, 2013.494 p. Cap: 28, p. 455-466.

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Rio de Janeiro-2012.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

JANNUZI, Paulo Martino; PINTO, Alessandro Rodrigues: *Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do bolsa família II*. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* - Brasília: Ipea, 2013.494 p. Cap: 10, p. 179-192.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm1.aspx>

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

RABELO, Maria Mercedes: *Redistribuição e Reconhecimento do Programa Bolsa Família: A Voz das Beneficiárias*. Tese, Porto Alegre - RS, 2011, 288 p.

RASELLA et al: *Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a mortalidade em crianças: uma análise nos municípios brasileiros*. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*—Brasília: Ipea, 2013.494 p. Cap: 15, p. 247-262.

REGO, Valquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania* - São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ROCHA, Sonia, *Transferências de renda no Brasil. O fim da pobreza?* -Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SICSÚ, João, *Dez anos que abalaram o Brasil: e o futuro?* 1 ed – São Paulo. Geração Editorial, 2013.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive* / Jessé Souza; colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.

SIMMEL, G. *Les pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France, [1907] 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100013

ZIMMERMANN. Clóvis Roberto. *Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do bolsa família do governo lula no Brasil.* sur - revista internacional de direitos humanos.